

# Amazônia: saberes locais, solidariedade orgânica e flexibilidade equatorial

## Amazon: local knowledge, organic solidarity and equatorial flexibility

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior\*, Gabriel Carvalho da Silva Leite\*\*, Helbert Michel Pampolha de Oliveira\*\*

\* Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, [stclair@ufpa.br](mailto:stclair@ufpa.br)

\*\* Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, [gabrielcarvalholeite16@gmail.com](mailto:gabrielcarvalholeite16@gmail.com), [helbertmichel93@gmail.com](mailto:helbertmichel93@gmail.com)

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v52i0.75488>

### Resumo

O trabalho busca discutir algumas das particularidades da relação entre sociedade e natureza na Amazônia à luz da noção miltoniana de “flexibilidade tropical”, que, adaptada ao contexto da realidade geográfica em foco, é denominada de “flexibilidade equatorial”. Com base em revisão bibliográfica e em experiências de pesquisas realizadas em diferentes sub-regiões da porção centro-oriental da Amazônia brasileira, são abordadas algumas das expressões desse importante atributo da produção social do espaço regional, notadamente as cidades organicamente solidárias, as práticas econômicas culturalmente flexíveis e os objetos de grandeza cidadã. Procura-se mostrar que essas e outras manifestações da “flexibilidade equatorial” sugerem a possibilidade de pensar alternativas aos modelos econômicos de ordenamento territorial impostos exogenamente e que, por essa razão, pouco dialogam ou mesmo negam as particularidades da sociedade e da natureza amazônicas. Desse modo, conclui-se que os saberes locais, as culturas populares, as formas espaciais inclusivas, as divisões locais e regionais do trabalho, os tempos lentos e as solidariedades orgânicas constituem atributos fundamentais a serem considerados na concepção e na implantação de um ordenamento de natureza cívico-territorial, necessário para garantir um patamar de qualidade de vida mais satisfatório e sintonizado com a dinâmica da vida cotidiana e com as demandas cidadãs dos povos da Amazônia.

**Palavras-chave:** Flexibilidade tropical; Relações orgânicas; Horizontalidades; Ordenamento cívico-territorial; Região amazônica.

### Abstract

The paper aims to discuss some of the particularities of the relationship between society and nature in the Amazon in the light of the Miltonian notion of “tropical flexibility”, adapted as “equatorial flexibility” to the geographical reality in question. Based on a literature review and on research experiences in different sub-regions of Brazilian Central-Eastern Amazon, some of the expressions of this important attribute of the social production of the regional space are approached, notably the organically solidary cities, the culturally flexible economic practices and the objects of citizen greatness. The work shows that these and other manifestations of “equatorial flexibility” suggest

the possibility of conceiving alternatives to the exogenously imposed economic models of territorial planning that don't dialogue much or even deny the particularities of the Amazonian society and nature. Thus, the paper concludes that local knowledges, popular cultures, inclusive spatial forms, local and regional divisions of labor, slow times and organic solidarities are fundamental attributes to be taken into account in the design and implementation of a civic-territorial planning, in order to guarantee a level of quality of life that can be considered more satisfactory and more attuned to the dynamics of daily life and the citizen demands of the peoples of the Amazon.

**Keywords:** Tropical flexibility; Organic relations; Horizontalities; Civic-territorial planning; Amazon region.

## I. INTRODUÇÃO

Desde a emergência da discussão sobre o pós-fordismo, nos anos 1980, a noção de flexibilidade vem sendo empregada para se referir ao processo de transição de um regime de acumulação anterior, mais rígido, para um novo regime, caracterizado por configurações mais flexíveis dos mercados, dos processos de trabalho, das inovações tecnológicas, das formas organizacionais, dos produtos, dos padrões de consumo, bem como dos arranjos jurídico-políticos e geográficos (HARVEY, 1992).

Nas últimas décadas, a dita flexibilização também tem se tornado um lugar-comum nos veículos midiáticos e nas agendas programáticas de diversos matizes político-ideológicos (DARDOT; LAVAL, 2016). Aqui, interessa proceder a uma leitura crítica alternativa da noção de flexibilidade, proposta a partir das realidades particulares do que tem sido chamado, em correntes teóricas contemporâneas, de Sul global (SOUSA SANTOS, 2019). Nesse sentido, é objetivo do trabalho apresentar elementos que possam sugerir contrarrazionalidades às formas hegemônicas de produção do espaço regional amazônico; formas essas que o tornam cada vez mais inserido na lógica de interesses econômicos que o articulam ao mercado global, especialmente tendo em vista a potencialidade dos recursos existentes naquela região.

Tal esforço se justifica em razão da necessidade de pensar uma forma alternativa de ordenamento territorial que fuja ao modelo de ordenamento econômico que se faz presente nas políticas desenvolvimentistas historicamente direcionadas para a Amazônia, pautadas, por exemplo, em polos de crescimento, como no passado, ou em eixos/corredores de exportação, como nas atuais tendências neodesenvolvimentistas (TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

Além desta introdução e da seção de materiais e métodos, a argumentação se estrutura em três tópicos principais. O primeiro apresenta a ideia de “flexibilidade tropical” inspirada nas reflexões de Milton Santos

(1994a) e sugere pensar as particularidades amazônicas a partir da noção de “flexibilidade equatorial”, uma forma mais específica de conceber essa região no contexto da formação socioespacial brasileira. O segundo discute a caracterização da mesma região e a importância de considerar a dinâmica humana e da natureza em inter-relação para se compreender suas particularidades. O terceiro apresenta alguns elementos da dinâmica regional que ajudam a pensar a possibilidade de um ordenamento cívico-territorial (SANTOS, 1987) mais adequado aos interesses dos povos que habitam a floresta e que possuem fortes vínculos de pertencimento com o espaço regional.

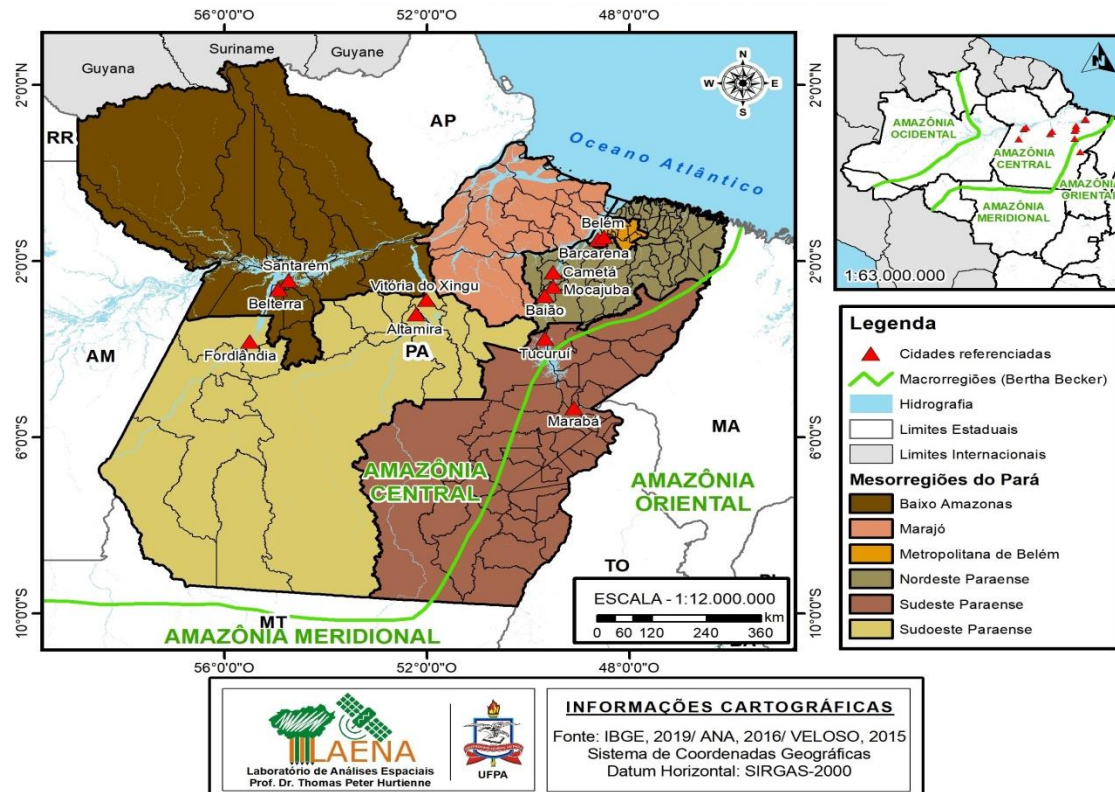
## II. MATERIAIS E MÉTODOS

A sistematização aqui apresentada está apoiada em pesquisa bibliográfica sobre a obra de Milton Santos e os seus desdobramentos interpretativos na forma de trabalhos acadêmicos que nela se inspiram para pensar o espaço amazônico<sup>1</sup>. Considerando a sua diferenciação interna em macrorregiões particulares – a meridional, oriental, a central e a ocidental (BECKER, 2001) – destaca-se que os exemplos de reflexão mobilizados ao longo deste trabalho situam-se especificamente na porção centro-oriental da Amazônia, conforme mostra o Mapa 1.

---

<sup>1</sup> A pesquisa bibliográfica vem sendo sistematicamente realizada no âmbito dos projetos de pesquisa “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social” (2015-2019) e “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva” (2019-2023), ambos coordenados pelo primeiro autor do artigo e financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

---



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2021.

Figura 1 – Amazônia centro-oriental: localização das mesorregiões do Estado do Pará e das cidades referenciadas

A pesquisa também contou com levantamentos de campo<sup>2</sup> em cidades situadas em diferentes sub-regiões dessa fração da Amazônia brasileira, nomeadamente nas mesorregiões do Baixo Amazonas, do Nordeste paraense, do Sudeste paraense, da Região Metropolitana de Belém e do Sudoeste paraense. Nesse momento, algumas contribuições (e. g. LOUZADA, 2017; MEDEIROS, 2010; MONTENEGRO, 2011; NUNES, 2015; PEREIRA, 2019; RODRIGUES, 2018; TOZI, 2012; TRINDADE, 2015; TRINDADE JR.; ROCHA, 2002; TRINDADE JR.; ROSÁRIO;

<sup>2</sup> Os levantamentos de campo foram majoritariamente realizados no âmbito de projetos de pesquisa anteriores coordenados pelo primeiro autor do artigo e financiados pelo CNPq, a saber: “Políticas de reabilitação urbana na área central de Belém: concepções, instrumentos e implicações sócio-espaciais” (2008-2010); “Cidades médias na Amazônia: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense” (2008-2010); “A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais” (2009-2012); “Cidades médias e reordenamento territorial na Amazônia: da centralidade econômica à centralidade política sub-regional” (2011-2013); e “Cidades da/na floresta: horizontalidades e verticalidades na produção social do espaço e nas políticas de desenvolvimento urbano e regional na Amazônia” (2012-2015). A estes, acrescentam-se os projetos “Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA)” (2008-2011), também coordenado pelo primeiro autor do artigo e financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), e “Efeitos do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte nos serviços urbanos e regionais em Altamira-Pará” (2014-2016), coordenado pelo Prof. Dr. José Antônio Herrera e financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (PROPESP/UFPA), com participação do primeiro autor do artigo no desenvolvimento da pesquisa.

COSTA; LIMA, 2011) foram de fundamental importância, tanto para o desvelamento das lógicas hegemônicas e exógenas da produção social do espaço regional quanto para a reflexão sobre as contrarrazionalidades sugeridas pelas suas dialéticas endógenas.

### III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### Da “Flexibilidade Tropical” à “Flexibilidade Equatorial”

Em algumas publicações da década de 1990 (SANTOS, 1991 apud BITOUN 2016; SANTOS, 1994a, 1996), Milton Santos refletiu criticamente sobre o par dialético flexibilidade-rigidez e, por meio de uma estratégia de “argumentação invertida”, procurou destacar a rigidez das formas tecnológicas e organizacionais ditas flexíveis, bem como a flexibilidade daquelas outras formas tidas como rígidas e inflexíveis.

Nesse sentido, o modelo neoliberal e a flexibilidade pós-fordista anunciados no final do século passado apareciam, para Santos (1994a), como os elementos mais recentes da história de subordinação dos países “subdesenvolvidos” às sucessivas modernizações tecnológicas e organizacionais engendradas e impostas a partir dos centros do capitalismo internacional. Dessa história territorial seletiva, as metrópoles são as principais testemunhas, pois, segundo o autor, foram sendo material e funcionalmente adaptadas às exigências da modernidade, tornando-se progressivamente menos “plásticas” e mais “rígidas”, isto é, mais intencionalmente equipadas com sistemas de objetos precisamente concebidos e localizados para permitir a máxima eficácia dos sistemas de ações hegemônicos.

Por conseguinte, a flexibilidade pós-fordista é, nessa perspectiva, uma etapa a mais desse processo de “enrijecimento” e, ao mesmo tempo, uma etapa que não se confunde com as anteriores, pois os sistemas técnicos hoje hegemônicos são mais hipertéticos, mais carregados de intencionalidades econômicas e simbólicas exigentes e exclusivas e imbuídos sobremaneira de uma racionalidade instrumental, orientada em relação a fins preestabelecidos (SANTOS, 1996).

Essa hipertelia torna os objetos e sistemas técnicos mais monofuncionais, irreversíveis e indivisíveis (SANTOS, 1996); extremamente rígidos, portanto, pois suas produções, localizações e normas de uso se fazem sob medida para possibilitar determinados sistemas de ações, cujas motivações são frequentemente exógenas em relação aos lugares onde se instalam e indiferentes aos sistemas de objetos e de ações não hegemônicos das diversidades socioespaciais locais. Daí a importância do discurso para a legitimação dos objetos e das ações hegemônicas, pois é precisamente quando mais se fala em flexibilidade que se produz a maior rigidez:

[...] não é esse um dos menores paradoxos a que nos leva o discurso contemporâneo: quando tanto se fala em flexibilização e flexibilidade como características do presente modelo de acumulação, defrontamo-nos com um verdadeiro endurecimento organizacional, devido à indispensabilidade das normas de ação tanto mais rígidas quanto mais se pretende alcançar a produtividade e a sacrossanta competitividade (SANTOS, 1996, p. 144).

Se a flexibilidade pós-fordista representa, em verdade, um “enrijecimento” das formas, das ações e das normas, Santos (1994a, 1996, 2001) considera que aquelas configurações socioespaciais geralmente vistas como rígidas ou inflexíveis, pelas suas disfuncionalidades em relação à acumulação capitalista, podem ser as reais portadoras de uma autêntica flexibilidade, que em nada se confunde com aquela atribuída ao pós-fordismo e que, diferentemente desta, não é engendrada nos centros do capitalismo internacional, mas a partir da diversidade socioespacial encontrada nos “quadros” locais e regionais do Sul global. Essa é a “flexibilidade tropical”, expressão metafórica que Santos (1994a) propôs e contrapôs à flexibilidade pós-fordista (Quadro 1).

Quadro 1 – Atributos associados à flexibilidade pós-fordista e à “flexibilidade tropical”

Atributos associados	Flexibilidade pós-fordista	“Flexibilidade tropical”
Técnicas	“Duras”, integradas e unificadas em sistemas hegemônicos e padronizados	“Maleáveis”, combinadas em arranjos locais variegados e com graus diversos de autonomia ou dependência
Formas espaciais	Exclusivas e rígidas do ponto de vista material (construção) e funcional (utilização)	Inclusivas e flexíveis do ponto de vista material (construção) e funcional (utilização)
Sistemas de ações	Instrumentais, imitativos e repetitivos	Comunicativos, adaptativos e criativos
Sistemas de normas	Formais, escritos e “duros”, próprios de relações hierárquicas estabelecidas verticalmente entre lugares	Informais ou menos formais, consuetudinários e menos rígidos, próprios de relações de vizinhança estabelecidas horizontalmente nos lugares
Trabalho	Inserido em divisões do trabalho “por cima”, disciplinado segundo técnicas e normas econômicas rígidas e esvaziado da política	Inserido em divisões do trabalho “por baixo”, inclui empregos e ocupações endógenas que assumem formas plásticas, mutáveis, adaptáveis e mais espontâneas
Relação com o meio geográfico	Seletiva, pois dependente de “ecologias” materiais e sociais exigentes	Abrangente, pois produto da diversidade das “ecologias” materiais e sociais que abrigam as diferentes pessoas, empresas e instituições
Composição do território	Elevada composição técnica e orgânica do território	Reduzida composição técnica e orgânica do território, com a presença de espaços “inorgânicos”
Tempos	Rápidos, determinados pela pressão da competitividade	Mais lentos, adaptados às condições sociogeográficas locais e regionais
Solidariedade	Organizacional, assentada na informação e na regulação hierárquicas, e imposta a partir de “fora” e de “cima”	Orgânica, assentada no território e na cultura locais, e criada e recriada a partir de “dentro” e de “baixo”
Saber	Saber global, do “expert”, desarticulado dos meios e dos cotidianos locais	Saber local, articulado ao saber sobre o mundo, mas assentado nos meios e nos cotidianos locais, produtores do discurso político
Cultura	De massa, estandardizada e indiferente às “ecologias” materiais e sociais	Popular, enraizada na territorialidade e nas “ecologias” materiais e sociais

Fontes: Santos (1994a, 1996, 1999, 2001).

Conforme sugere o Quadro 1, a “flexibilidade tropical” não é um atributo dos objetos isoladamente, nem das ações e normas tomadas em si mesmas, mas da indissociabilidade das interações entre esses elementos. Portanto, resulta das relações dialéticas entre sociedade e natureza, entre sociedade e meio geográfico; ou, nos termos de Santos (1999), entre sociedade e território usado. Essa proposta nos ajuda a situar a particularidade socioespacial amazônica. Para essa região, estamos adotando, na esteira da proposição miltoniana, a ideia de “flexibilidade equatorial”, ou seja, um tipo de “flexibilidade tropical” com atributos específicos e que, em grande parte, situa-se na faixa equatorial.

A forma como está sendo adjetivada a noção de flexibilidade para a presente análise, entretanto, não tem qualquer fundamentação em raciocínios deterministas de ordem natural que pudessem caracterizar as relações e as atividades humanas nessa macrorregião. Ainda que elementos naturais, como o clima, representem importância para a caracterização regional, a ideia acima exposta busca traduzir muito mais elementos e particularidades que decorrem de sua condição de espaço socialmente produzido, para a qual concorre a forte inter-relação entre sociedade e natureza.

### **Amazônia como região socialmente produzida**

Normalmente ao se definir a Amazônia sobressai-se a importância assumida pelo quadro natural e a exuberância de seus recursos, que despertam o interesse capitalista em nível global. É dessa forma que a água, por exemplo, torna-se um elemento de extrema relevância ao se converter em potencial hidrelétrico ou como reserva para o futuro, a exemplo do que se tem vislumbrado para a descoberta recente do aquífero Alter do Chão, tido como um dos mais expressivos do planeta.

Para além disso, a própria ideia de trópicos úmidos, atribuída à zona quente e úmida em que a Amazônia se insere na faixa intertropical, tende a ser um dos principais elementos de sua diferenciação, relacionada à grande pluviosidade e aos altos índices de umidade na atmosfera, responsável, em grande parte, pela exuberância da floresta, pela diversidade de espécies e pela presença dos “rios voadores”, que fazem da floresta um bioma de extrema importância para o planeta.

O significado da natureza, entretanto, para além do valor econômico, assume outros sentidos para os diversos agentes que produzem o espaço regional. O modo de vida ribeirinho aí existente é um bom exemplo de uma dimensão sociocultural que revela comportamentos, hábitos, representações simbólicas, formas



arquitetônicas e uma gama de valores que se associam a um modo de vida particular, marcado pela íntima interação do homem com a natureza.

Nesse sentido, a noção de produção social do espaço (LEFEBVRE, 1974) ajuda a pensar a Amazônia como uma região, ou seja, como uma particularidade socioespacial no contexto da formação territorial brasileira. Desse processo de produção participa a própria natureza, que não se mostra passiva na interação que estabelece com o homem, assim como não determina comportamentos diante dessa mesma interação. Trata-se, nesse caso, de uma natureza reconhecida e apropriada a partir de processos econômicos, históricos e socioculturais, associada, portanto, a diferentes identidades de vida e de culturas locais ou que para a região foram trazidas e nela incorporadas.

Tendo em vista essa condição, e a forma como a natureza tem sido apropriada, é que se torna relevante conceber essa região como uma fronteira econômica (BECKER, 1990), mas também sociocultural, onde se faz presente a alteridade (MARTINS, 1996). É assim que se reconhecem na Amazônia múltiplas temporalidades e espacialidades, distanciando-a da imagem clássica que a vincula apenas ao tempo lento, diretamente relacionado ao movimento e ao ciclo da natureza. Em outro extremo, também não se pode associá-la tão somente à temporalidade hegemônica, a capitalista, que moderniza pontualmente, em manchas ou linhas, o espaço regional.

O confronto entre essas temporalidades dá sentido à alteridade e aos conflitos que na região se expressam de diferentes maneiras. Desses conflitos emergem, igualmente, resistências sociais, econômicas e culturais não hegemônicas que se contrapõem à ordem capitalista global que desapropria, expropria e desterritorializa.

Ao império da “solidariedade organizacional” (SANTOS, 1996), das relações verticais e corporativas, que atende a princípios hierárquicos, contrapõe-se, portanto, a “solidariedade orgânica” (SANTOS, 1996), da cooperação, das relações horizontais e dos valores e saberes locais, que não permite que a região seja reduzida a divisões territoriais do trabalho homogeneizantes que atendam tão somente ao comando econômico das relações capitalistas, responsáveis pelas ações predatórias, de extração da mais-valia e de exploração não sustentável de seus recursos.

Partindo desse pressuposto, e com inspiração na proposição miltoniana, é que se apresenta, como hipótese para discussão, a ideia de “flexibilidade equatorial”, metáfora pela qual se procura apreender a flexibilidade subjacente às relações entre sociedade e natureza no interior do processo de produção social do

espaço regional. Com base nessa ideia, propõe-se pensar tal flexibilidade diante do avanço de uma “tecnosfera” (esfera técnica) e de uma “psicosfera” (esfera dos valores) mais modernas e globalizadas cuja correspondente espacial é aquela do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996).

Tanto do ponto de vista econômico, como do cultural e do socioespacial, o meio técnico-científico-informacional ainda não se mostrou capaz de excluir totalmente a importância das criações e das apropriações técnicas nativas, das formas espaciais inclusivas e flexíveis, das ações comunicativas e criativas, das normas consuetudinárias, das divisões locais e regionais do trabalho, das ecologias materiais e sociais híbridas, das solidariedades orgânicas, dos tempos lentos, dos saberes locais e das culturas populares na definição das formas e dos conteúdos urbanos e rurais diversamente territorializados em suas diferentes sub-regiões.

### **“Flexibilidade equatorial” e suas manifestações socioespaciais**

Necessário se faz pensar, a partir da ideia de “flexibilidade tropical”, a possibilidade de um outro ordenamento socioespacial que se contraponha àquele dos grandes projetos ou grandes objetos (SANTOS, 1995) materializados no espaço amazônico pelas políticas desenvolvimentistas. É justamente nesta forma de particularidade que se abre a possibilidade para falar da “flexibilidade equatorial”.

Não se trata, assim, de uma flexibilidade permitida e concedida simplesmente pelas características do ambiente tropical ou equatorial, mas decorrente de uma forma de produção do espaço em que os elementos ambientais não são desconsiderados, tal a importância que possuem para as atividades econômicas, sociais e culturais, conforme se pode constatar em relação ao papel solidário das cidades, às práticas econômicas flexíveis e à possibilidade de um ordenamento territorial mais cidadão.

### **Cidades organicamente solidárias**

Segundo sustentam Marinho e Schor (2009), em muitas situações, Amazônia e floresta parecem sinônimas. Apoiados no ensinamento de Harvey (1996), a propósito do estudo do mundo contemporâneo, o entendimento das cidades está cada vez mais associado aos sistemas socioecológicos, dentro dos quais devem ser compreendidas como habitats contemporâneos e com os quais estabelecem as mais diversas relações.

A lógica das cidades implantadas na Amazônia para atender a demandas de grandes corporações, entretanto, em muito tem fugido a essa tendência. Tais cidades se tornaram elementos de difusão de atividades

econômicas mais modernas no interior da região, sendo responsáveis por estabelecer verdadeiras rupturas com o passado regional e os atributos e valores da floresta.

Altamente conectadas aos circuitos globais, por meio de grandes e médias corporações empresariais às quais dão suporte, as franjas urbanas modernas (BECKER, 1990) aí instaladas podem ser reconhecidas como cidades econômicas e corporativas (SANTOS, 1993), posto que se submetem ao comando de uma ou mais empresas que colocam a vida local em total dependência de suas existências, associadas a atividades econômicas, como a produção de energia elétrica e a exploração mineral.

Essa é uma tendência que se faz presente desde a primeira metade do século passado e tem permanecido ainda hoje, na primeira metade do século XXI, quando as novas cidades implantadas, ainda que tenham um perfil diferenciado na sua forma, mantêm as mesmas intenções daquelas outras. Com vínculos precipuamente externos, estabelecem aquilo que Santos (1996) definiu como solidariedades organizacionais, em razão do comando corporativo, da hierarquia empresarial e dos interesses fundamentalmente econômicos, próprios das empresas que as comandam.

Em contraponto a essa racionalidade, há, entretanto, uma outra racionalidade urbana que dialoga muito mais com o ambiente regional e que tem sido reconhecida como parte do conteúdo das chamadas cidades tradicionais (BECKER, 1990), mas que temos preferido chamar de cidades da floresta (TRINDADE JR., 2013), por articular de tal forma o mundo urbano e o mundo rural existentes no interior da região.

Mesmo considerando que as populações indígenas não deixaram registros de aglomerações que pudessem caracterizar materialmente grandes civilizações urbanas na Amazônia brasileira pré-colombiana, não se pode dizer que as cidades da floresta de fato não existam. Elas existem sim, e têm natureza cabocla. Mais ainda, elas são complexamente mestiças nas suas identidades. Não se polarizam em binômios – branco versus indígena, urbanidade versus ruralidade, formas versus conteúdos –, posto que são híbridas, transversais e multifacetadas.

Compõem um microcosmo urbano, sinônimo de adaptações, resistências e interações. Natureza e cultura constituem juntas uma espécie de urbanismo caboclo, composto por formas simples que diferenciam e com conteúdos complexos. Talvez por não se inserirem definitivamente em grandes circuitos globais de produção e de consumo, elas mantêm, de alguma forma, fortes enraizamentos e articulações com o entorno, tanto do ponto de vista econômico quanto do sociocultural, traduzindo para o seu interior a dinâmica que ocorre no âmago da floresta.

Noções como “horizontalidade” e “flexibilidade tropical”, presentes em Santos (1994a, 1996), ajudam-nos a compreender esse tipo de relação das cidades da floresta com a ordem próxima (LEFEBVRE, 1991). Esta ordem, na qual tais cidades estão imersas, normalmente é marcada por relações menos assimétricas; daí as “solidariedades orgânicas” (SANTOS, 1996) aí existentes colocarem a vida urbana em estreita sintonia com a vida da floresta e com as formas de reprodução econômica e sociocultural que nesta última se fazem presentes.

Baião, Cametá e Mocajuba, no Nordeste paraense, apresentam-se como verdadeiros exemplos de cidades da floresta. Isso porque, ainda que elas estejam situadas entre dois grandes objetos – a Hidrelétrica de Tucuruí e o complexo industrial Albras-Alunorte – e, portanto, articuladas aos novos processos de expansão capitalista na região (TRINDADE JR. *et al.*, 2011), contando, inclusive, com a presença de rodovias estaduais (MALHEIRO; TRINDADE JR., 2009), são cidades que não perderam seus vínculos orgânicos com os valores da floresta e, dessa maneira, apresentam uma configuração espacial híbrida do ponto de vista das formas e dos conteúdos que resguardam.

Nesse sentido, destaca-se o papel que Cametá desempenha junto às cidades de Baião e Mocajuba, seja no oferecimento de equipamentos e serviços, seja na distribuição de determinadas mercadorias; forma de interação que bem caracteriza as ideias de horizontalidade e de solidariedade orgânica, acima referidas. É assim que cidades como Cametá, por meio de suas centralidades, dão apoio a espaços que lhes estão próximos, colocando seus equipamentos e infraestrutura à disposição das populações que delas dependem, destacando-se pela criatividade, pela funcionalidade e por atenderem relativamente de forma satisfatória às demandas locais.

A relação com a floresta faz com que nelas o tempo seja mais lento (SANTOS, 1996), menos veloz, e os ritmos da natureza ainda demarquem, mesmo que parcialmente, alguns dos movimentos que definem a dinâmica intraurbana. Por isso se diz que as relações são mais horizontais (SANTOS, 1996), definindo proximidades, continuidades e contiguidades entre a cidade e a floresta, que se fazem presentes em trapiches, em feiras, na beira-rio, em bairros rururbanos, nos terreiros das habitações, na tipologia das moradias, nos tipos de mobilidade intra e interurbanas etc.

Essas formas alternativas, nem sempre residuais, de relação cidade e entorno, têm sido reconhecidas na produção do espaço regional. Foi, inclusive, em razão dessa densa cultura que as imposições cristãs ou laicas, do passado e do presente, viram-se confrontadas nos seus intentos civilizatórios, quando então a absorção e a rejeição de diferentes modos de ser e fazer delinearão a ecologia humana atual da região. Estratégias foram

redefinidas no momento em que, por exemplo, os primeiros colonizadores tiveram que levar em conta a importância dos chamados práticos da navegação fluvial local (GUZMÁN, 2017), as habilidades dos coletores da mata, o conhecimento nativo sobre o sistema socioflorestal e os saberes pragmáticos e simbólicos das populações indígenas, negras e caboclas.

Com isso a dificuldade de instalar por completo arquiteturas e urbanismos ortopédicos europeus e mesmo norte-americanos que buscaram, ao longo da história regional, enquadrar os modos de vida dos povos da floresta, conforme se sucederam com os intentos de Henry Ford na Amazônia (COSTA, 1993; GRANDIN, 2010; PEREIRA, 2019), ainda na primeira metade do século XX. Por meio de cidades planejadas, a intenção desse empresário norte-americano era dar apoio ao plantio racional da borracha na região, matéria-prima destinada às indústrias de pneus que ele possuía nos Estados Unidos.

Não era apenas do ponto de vista do traçado e do padrão construtivo que as cidades de Ford se distanciavam do lugar onde foram implantadas. Seus conteúdos urbanos eram também estranhos à cultura regional. Nelas, a vida ribeirinha e da floresta passaram a ser reprimidas em decorrência dos hábitos norte-americanos e do esquema fordista de trabalho, que definiam não apenas o ritmo da produção, como também o modo de vida estabelecido pela empresa, tencionando temporalidades e espacialidades diferenciadas.

As resistências diante dessas imposições incluíam estratégias que representavam fugas a esse controle e manifestações de descontentamentos com a alimentação, o tipo de lazer prescrito, a intolerância ao uso de bebidas alcoólicas, dentre outras imposições da empresa, que buscava controlar a mão de obra local. Fatos e problemas como esses contribuíram para o fracasso do empreendimento e o abandono das cidades pela empresa, hoje reapropriadas pelas populações locais, conferindo-lhes outros significados.

Atualmente, as resistências persistem na forma de outras manifestações mais organizadas ou mais espontâneas diante de ações e projetos sob a perspectiva (neo)desenvolvimentista, quando então os empreendimentos são levados a redefinir suas estratégias de forma a considerar demandas e movimentos de populações locais e migrantes que não se veem moldados por urbanismos e formas arquitetônicas alheias às suas necessidades, tal como se viu, por exemplo, no entorno da Hidrelétrica de Tucuruí, do complexo portuário-industrial de Barcarena (TRINDADE JR.; ROCHA, 2002) e como se vê em Altamira e Vitória do Xingu, em razão da Hidrelétrica de Belo Monte. Nessas realidades, o traçado mais racional do urbano é contraposto a formas alternativas e espontâneas de vida e de urbanismo que sugerem, mesmo que na precariedade do ambiente construído, a possibilidade do encontro, a proximidade do rio, o trabalho coletivo, a ajuda comunitária etc.

Muitos equipamentos urbanos refletem essas resistências, vistas como contrarracionalidades ao urbanismo projetado, que não considera vivências coletivas no plano do cotidiano amazônico. Essas possibilidades de interação têm resultado em arquiteturas, equipamentos e paisagismos capazes de dar sentido residual e alternativo a outra forma urbana, menos engessada, mais flexível, mais amazônica, mais equatorial, por assim dizer, e que mobiliza a relação homem-natureza há séculos.

Como exemplo dessas expressões socioespaciais temos os trapiches e portos públicos multifuncionais (circulação, lazer, encontro, atividades econômicas etc.); as feiras livres (de caráter permanente e mais acessíveis física e economicamente); as estivas sobre várzeas e igapós urbanos (construídas em madeira, voltadas para a circulação e que proporcionam outras sociabilidades); as habitações em forma de palafitas (criativas, coloridas e, muitas vezes, ambientalmente confortáveis); os espaços de encontro à beira-rio (lazer, contemplação, encontro etc.) a definir verdadeiros territórios de uso comum (HARVEY, 2014; DARDOT; LAVAL, 2017); assim como outros espaços que levam em conta os materiais locais/regionais, a sazonalidade das águas, as funcionalidades estabelecidas por meio das vivências cotidianas e também a estética, traduzida nas formas espaciais, nas cores utilizadas e nas identidades culturais locais.

Ainda que alguns equipamentos que configuram esse urbanismo e essa arquitetura equatorial apresentem certa precariedade do ponto de vista da forma, com um meio construído aparentemente e arquitetonicamente pouco estruturado, é no plano do conteúdo que esses espaços simbolizam a “riqueza” que lhes são inerentes nessa região. Isto porque, o atributo da riqueza, aqui grafado entre aspas, nada tem a dizer no sentido de volumosas transações econômicas, pois, antes de tudo, ele é mobilizado para caracterizar as densas e múltiplas relações de sociabilidade que são cultivadas no interior desses lugares de encontros e desencontros, de estranhamento e de proximidade, no interior da floresta.

### **Práticas econômicas culturalmente flexíveis**

Diante da necessidade de sobrevivência, a “flexibilidade equatorial” também é um atributo da própria economia urbana e regional, majoritariamente animada por circuitos que escapam total ou parcialmente dos grandes esquemas mercadológicos e corporativos dos agentes hegemônicos e que atendem precipuamente a uma demanda local e regional.

Embora a situação de precariedade na qual operam talvez os qualifique como inferiores ou marginais (SANTOS, 1979), cabe indagar se esses circuitos flexíveis não são, de fato, alternativas econômicas superiores

para a sociedade e a natureza da região. É neste sentido, portanto, que alguns estudos (MEDEIROS, 2010; MONTENEGRO, 2011) têm considerado algumas atividades e suas espacialidades como elementos em potencial de “solidariedade orgânica” na Amazônia, dada a capacidade de articulação coletiva dos agentes que sobrevivem mediante as atividades desenvolvidas nesses lugares; atividades estas que configuram um circuito inferior da economia capaz de revelar, para além da organicidade da presença, formas proteiformes de trabalho que garantem a reprodução e o sustento de várias famílias não absorvidas pelo circuito moderno e formal da economia.

Muitas vezes, são esses circuitos econômicos alternativos que se encarregam de determinadas atividades, segmentos do mercado e frações do território pelos quais as grandes empresas, instaladas nas áreas de maior densidade técnico-científica e informacional do País, não demonstram maior interesse. Esse é o caso, estudado por Bicudo Jr. (2006), dos pequenos laboratórios e distribuidores regionais de medicamentos, integrantes de um circuito superior marginal que faz uso dos rios e dos tradicionais transportes fluviais interurbanos, por vezes associados aos modais rodoviário e aeroviário, para a expedição de medicamentos no interior da Amazônia, em cidades e vilas não contempladas pela malha rodoviária nacional e não alcançadas pelas zonas de mercado dos grandes laboratórios multinacionais.

Para Bicudo Jr. (2006), essa estrutura pulverizada de produção e distribuição, bastante funcional às especificidades do meio geográfico amazônico, está a exigir uma política e um sistema de normas farmacêuticas igualmente flexíveis, mais permeáveis às particularidades, às carências e aos tempos lentos da região.

Uma situação semelhante de descompasso entre a rigidez normativa e a “flexibilidade equatorial” é identificada por Tozi (2012) no circuito espacial produtivo do tecnobrega, um gênero musical popular que surgiu na cidade de Belém (PA) a partir de usos locais e criativos das novas técnicas informacionais e comunicacionais que se instalam desigual e seletivamente nessa metrópole amazônica.

Segundo Tozi (2012), a flexibilidade inerente a essas técnicas e a criatividade das camadas populares nos usos que delas fazem está na base da produção de uma nova economia urbana que subverte a cadeia produtiva convencional do mercado fonográfico, ao dispensar o papel de grandes gravadoras e veículos de comunicação. Da produção musical nos estúdios caseiros ou profissionais localizados em bairros periféricos de Belém, por exemplo, aos múltiplos caminhos de difusão das músicas – internet, venda de CDs e DVDs pirateados em camelôs e vendedores ambulantes, divulgação em festas de aparelhagens –, delineia-se um circuito econômico multiplicador de empreendimentos e ocupações para uma faixa da população à margem do mercado de

trabalho formal; circuito esse que o autor considera bastante expressivo da articulação entre técnica, cultura e meio geográfico na metrópole belenense.

Por vezes, mesmo naqueles setores cujas demandas são induzidas por agentes corporativos, como é o caso do turismo e do lazer mais programado, a presença de circuitos econômicos alternativos é notável, conforme demonstrou Rodrigues (2018) em seu estudo sobre a produção do espaço turístico na Ilha do Combu, em Belém. Nesse espaço insular que ainda guarda formas e conteúdos ribeirinhos, apesar das transformações decorrentes das novas práticas que ali se instalam, produtores agroextrativistas, artesãos, comerciantes, trabalhadores de bares e restaurantes, condutores de embarcações e de trilhas ecológicas recebem os turistas que chegam por conta própria ou por intermédio de pequenos e médios estabelecimentos de receptivo turístico e de hotelaria situados na Belém continental.

Rodrigues (2018) mostra que, nas práticas daqueles agentes do circuito inferior insular, bem como nas operações dos empreendimentos do circuito superior marginal, mesmo quando franquizados ou subcontratados pelas grandes marcas turísticas, há subordinação, mas também há margem para flexibilidade nas suas formas de sociabilidade e de organização do trabalho, nos tempos com que ritmam as suas atividades e nos processos de adaptação-criação com que respondem, às suas próprias maneiras, às exigências técnicas e normativas.

É assim também que, ao tratar das feiras livres em Belém, Medeiros (2010) chama a atenção para o tempo lento que prevalece nesses espaços, onde o cotidiano de homens/mulheres que produzem e reproduzem suas vidas se configura a partir de elementos característicos do próprio lugar em que se encontram. Esse enraizamento com o lugar, praticado sob lógicas e saberes comuns, é o que configura a solidariedade orgânica, conforme destaca a contribuição de Montenegro (2011), que leva à compreensão de particularidades do circuito inferior em um bairro periférico de Belém.

Todos estes elementos acima arrolados bem refletem um processo de inventividade e de adaptação inerentes ao circuito inferior da economia urbana. Trata-se de formas proteiformes de trabalho desenvolvidas em um meio construído precário e desvalorizado, mas que serve de abrigo para populações que precisam garantir a sua sobrevivência, bem como a de seus familiares. Contudo, esta “flexibilidade equatorial” e este reforço da solidariedade orgânica também se expressam em outras sub-regiões da Amazônia centro-oriental, como no Baixo Amazonas e no Sudeste paraense.

Analisando os principais impactos da dinâmica socioeconômica da produção e circulação de grãos na produção do espaço urbano de Santarém, Trindade (2015), por exemplo, considera as feiras como locais onde



as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, chamando a atenção para o prevalecimento de relações de familiaridade, amizade e companheirismo entre os feirantes, não obstante os conflitos engendrados pelo avanço do circuito superior da economia relacionado aos grãos. Para esta autora, as feiras, além de atuarem na dinamização de um circuito regional de produtos da floresta, fortalecendo a horizontalidade, também servem de abrigo para as populações pobres, sejam elas migrantes ou originárias da cidade em referência.

Leitura similar é empreendida por Nunes (2015), cuja contribuição analisa a relação cidade-floresta levando em consideração as interações capital-trabalho e a (re)produção da vida cotidiana nas feiras livres e nas feiras de exposição no Sudeste paraense. Assim, neste estudo, as feiras livres situadas na cidade de Marabá caracterizam-se como espaços do encontro, representativos do circuito inferior da economia e importantes para a sobrevivência de diversos grupos sociais citadinos. Em relação a esses espaços, a autora ressalta, a título de exemplo, as formas alternativas de trabalho que são desenvolvidas – assentadas em grande medida em técnicas populares (GAUDIN, 1978) e em saberes locais (SANTOS, 1999) –, e a flexibilidade que envolve esse trabalho, seja do ponto de vista do sistema de normas pouco rígidas e informais, seja pela (re)utilização de objetos para a estruturação da atividade no cotidiano, dada a reduzida composição técnica e orgânica desses espaços.

Bastante expressivos na estrutura produtiva das metrópoles amazônicas, os chamados empreendimentos “marginais”, alguns dos quais formalizados como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), podem, mesmo, chegar a constituir obstáculos à oligopolização completa da economia (SANTOS, 1994b) quando concorrem com as grandes empresas na oferta dos mesmos bens e serviços. Nesse caso, caberia pensar as possibilidades dos governos municipais e das instituições públicas na regulação dessa competição desigual em favor da “flexibilidade equatorial” e do desenvolvimento local, conforme sugere Louzada (2017) a partir do exemplo das margens de preferência para as ME e EPP sediadas local ou regionalmente nas compras compartilhadas de Instituições Federais de Ensino Superior em Belém.

Baseando-se nesse desafio, intenta-se, aqui, chamar a atenção para a importância de políticas públicas que atentem para um outro ordenamento territorial que, de fato, já se anuncia no plano da vida cotidiana, mas que nem sempre se reconhece como necessário para garantir um patamar de qualidade de vida mais satisfatório e mais sintonizado com a dinâmica da vida cotidiana regional.

## Objetos de grandeza cidadã e ordenamento cívico-territorial

Ao retomar a sua teoria do espaço, considerando-o como instância da sociedade (SANTOS, 2008), e conceituá-lo como um indissociável conjunto de sistema de objetos e sistema de ações, Santos (1995) situou os empreendimentos do grande capital na Amazônia como partes de um sistema de ações em nível global, cuja manifestação nesse vasto espaço regional se dá por meio do que chamou de grandes objetos técnicos, como as hidrelétricas, as indústrias, as extensas rodovias, os modernos portos e mesmo as cidades.

Pensando o fenômeno técnico à luz das contribuições de Gaudin (1978) e Santos (1996), Silveira (2011), por seu turno, chama a atenção para a pertinência das técnicas populares no momento atual, haja vista a capacidade inventiva que lhes são inerentes no que concerne à produção de objetos e relações que promovam não a dominância – típica dos grandes objetos (SANTOS, 1995) –, mas a liberação humana, como propunha Santos (2012).

Nesse sentido, pode-se mesmo falar do estabelecimento de usos do território organicamente solidários, que envolvam os saberes desses agentes e grupos sociais (SANTOS, 1999) invisibilizados pela solidariedade organizacional; um contrassaber (SANTOS, 2000) fomentado pela humildade intelectual e pela sabedoria política (SANTOS, 2001) dos homens e mulheres lentos da Amazônia.

É assim que, em contraponto à racionalidade e à rigidez do meio técnico-científico informacional, a realidade regional amazônica é rica em contrarracionalidades que sugerem um espaço mais cidadão e menos corporativo. Trata-se de um outro ordenamento territorial formado por objetos que são ofertados à população a partir das demandas da própria sociedade e não exclusivamente do mercado (SANTOS, 1987); objetos que, para além da forma grandiosa que no mais das vezes assumem na paisagem regional, destacam-se pela grandeza cidadã de suas ações nos lugares.

Chamaremos de objetos de grandeza cidadã (OLIVEIRA, 2019), sobretudo por, além das características acima citadas, esses elementos contribuirão para: a) o desvelamento dos lugares a partir, principalmente, das variáveis internas em copresença; b) a articulação de saberes diversos; c) a potencialização das lutas e movimentos políticos dos agentes e grupos sociais locais; d) o fortalecimento da solidariedade orgânica, frequentemente estrangida pela solidariedade hierárquica; e) a valorização da “flexibilidade equatorial”, isto é, do saber-fazer assente na criatividade e na imaginação locais por meio de técnicas populares (GAUDIN, 1978) próprias da vida cotidiana regional; e, não menos importante, f) a reflexão sobre concepções de espaço alinhadas à pluralidade de temporalidades e espacialidades presente na região.

Tomando as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) como um exemplo analítico, sem, contudo, romantizar suas funções, busca-se pensar a importância e o papel desses objetos de grandeza cidadã na Amazônia, sobretudo em relação aos inúmeros povos de culturas, etnias e línguas diferentes que resistem à solidariedade organizacional inerente aos grandes objetos (SANTOS, 1995) na região.

Nestes termos, ressalta-se a tarefa de incorporar as universidades em um projeto social que pressupõe não somente a criação e a difusão de um saber orientado para os interesses do maior número de pessoas (SANTOS, 2000), mas também o diálogo com aqueles saberes frequentemente invisibilizados ou não plenamente considerados, conforme já é realidade em cursos de formação superior voltados para a educação no campo, para a agroecologia, para as questões étnicas e para a valorização de saberes locais e regionais.

A simples presença de campi dessas instituições nos mais recônditos lugares da Amazônia, bem como a oferta de cursos de ensino técnico e/ou superior para essas populações (OLIVEIRA, 2019), por exemplo, já sinaliza para a construção de um ordenamento territorial associado muito mais às demandas cidadãs que propriamente pautadas nas demandas de mercado, contribuindo assim para a descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000), ou seja, para a interpretação desses subespaços a partir dos seus próprios agentes e à luz de suas respectivas realidades.

Nesse sentido, o ordenamento do território como produto e condição de relações sociais pode contribuir para uma nova perspectiva de desenvolvimento regional. Trata-se da valorização do saber local, da região, sem necessariamente descartar o saber do expert (SANTOS, 1999). O primeiro está relacionado aos sábios cujo conhecimento é nutrido pelo cotidiano, enquanto que o segundo diz respeito ao conhecimento que um intelectual estranho à realidade analisada apresenta sobre determinado lugar ou região.

A referida valorização dos saberes locais por instituições formais de ensino, pesquisa e extensão permite-nos considerar a articulação do conhecimento entre povos da floresta como um elemento “novo” e bastante importante no campo do sistema de ações, já que o “novo”, como lembra Silveira (2004), nem sempre é o moderno, isto é, aquilo que em um dado momento é instalado sob a lógica hegemônica do capital.

Apoiadas em um saber nutrido pelo cotidiano (SANTOS, 1999), essas novas horizontalidades colocam-se como uma ponte para a produção de uma nova política, de baixo para cima (SANTOS, 2001), que em nada se assemelha à política institucional fundada na ideologia do crescimento e em parâmetros quantitativos que mais enquadram e pouco compreendem a vida e o cotidiano dos seres humanos, sobretudo nos trópicos úmidos amazônicos.

Assim, enquanto os grandes objetos, na definição miltoniana, tendem a verticalmente fragmentar os territórios e a desarticular esses povos e suas formas e modos de viver, os objetos de grandeza cidadã, por sua natureza e pelo seu potencial de articulação, sugerem uma agregação horizontal entre essas populações e seus saberes. Não sem conflitos, essa horizontalidade pode oferecer maior tomada de consciência desses grupos sociais em relação às perversidades que são praticadas contra si, fortalecendo-os não somente do ponto de vista acadêmico, mas também, e principalmente, no que diz respeito às lutas políticas que travam na Amazônia.

Na concepção de um novo ordenamento territorial, as formas geográficas, dialeticamente, contribuem tanto para a (re)descoberta de outras solidariedades quanto para o fortalecimento das solidariedades orgânicas existentes na Amazônia; estas que amiúde são constrangidas pela lógica organizacional e hierárquica própria dos grandes projetos e suas configurações geográficas nessa região.

Ademais, a potencialização da organicidade da presença (SANTOS, 2003), mediante a articulação dos povos da floresta nos objetos de grandeza cidadã, também contribui para o engrandecimento das técnicas inspiradas nos saberes populares. Fala-se, desse modo, na relevância dessas instituições para a valorização do que aqui estamos denominando de “flexibilidade equatorial”, ou seja, do saber-fazer marcado pela criatividade e imaginação locais e sustentado por técnicas populares (GAUDIN, 1978) típicas da vida cotidiana regional. Santos (1996) lembra que essas técnicas – criadas e recriadas à luz do próprio meio geográfico onde foram/são concebidas – oferecem uma diversidade de combinações dotadas de forte capacidade de adaptação e adequadas ao reforço da solidariedade orgânica.

#### IV. CONCLUSÕES

A modernização do território propiciada pelos grandes objetos (SANTOS, 1995) faz com que as formas e as ações que caracterizam a região amazônica *per se* deixem de ser interdependentes umas das outras, instalando-se, assim, uma solidariedade funcional hierárquica e regulada, comandada de fora (SANTOS, 1987), em detrimento de formas de vida e interdependência assentadas na solidariedade orgânica. Sobre esse processo, Silveira (2011, p. 86) enfatiza: “os princípios de organização interna, plurais e criadores de interdependências contíguas são estilhaçados e os nexos dos lugares são subordinados ao mundo”.

Por meio das três expressões socioespaciais de flexibilidade aqui tratadas, buscamos mostrar que a “flexibilidade tropical”, ou, mais propriamente, a “flexibilidade equatorial” amazônica, é capaz de obliterar, nos interstícios das relações instaladas na região, aquela tendência anteriormente descrita, ao se voltar para

demandas e necessidades de povos que habitam e que vivenciam a floresta como um bioma, evidentemente, mas igualmente como um espaço social, com suas relações e práticas econômicas e socioculturais.

Considerar essa possibilidade significa, principalmente, evitar a ruptura com a natureza, expressa na interação cotidiana herdada de muitos anos e que resguarda os recursos que dela fazem parte, mas igualmente sinalizar para uma outra proposta de ordenamento territorial pautado na história e nas práticas culturais de agentes que vivenciam a floresta e a região cotidianamente.

A articulação de uma diversidade de saberes nos objetos de grandeza cidadã estrutura a possibilidade de se constituir uma autêntica epistemologia da lentidão (COSTA, 2012), em que o “novo”, que não necessariamente deve ser algo moderno e, neste caso, é produzido de baixo para cima, “autoriza a emergência de um verdadeiro mundo da inteligência” (SANTOS, 2001, p. 165).

Assim sendo, o fortalecimento e mesmo a (re)descoberta da solidariedade orgânica, a valorização da “flexibilidade equatorial” e a potencialização das lutas e movimentos políticos dos povos da floresta são elementos que bem podem contribuir para a formulação de um ordenamento cívico-territorial (SANTOS, 1987), mediante o qual se torna possível refletir sobre espaços alinhados à pluralidade de temporalidades e espacialidades presentes na região amazônica.

## V. REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BICUDO JR., E. O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BITOUN, J. A produção da cidade no Brasil: algumas propostas metodológicas acerca de tempos e espaços – relembrando “flexibilidade tropical” de Milton Santos. In: SPOSITO, E. *et al.* (Org.). *A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 143-167.

COSTA, F. A. Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós. Belém: EDUFPA, 1993.

COSTA, T. Trilhando uma epistemologia da lentidão. *Redobra*, Salvador, n. 10, p. 179-185, 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DORFMAN, A. Para ler Milton Santos: a escritura em “A natureza do espaço”. In: SCHEIBE, L. F.; DORFMAN, A. (Org.). *Ensaio a partir de “A natureza do espaço”*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 19-39.

GAUDIN, T. *L’écoutes des silences: les institutions contre l’innovation*. Paris: Union Générale d’Éditions, 1978.

- GRANDIN, G. Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- GUZMÁN, D. La primera urbanización de los «abunás», mamelucos, indios y jesuitas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. Boletín Americanista, Barcelona, año LXVII, v. 2, n. 75, p. 53-73, 2017.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, D. Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARVEY, D. A criação dos bens comuns urbanos. In: HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martin Fontes, 2014. p. 134-169.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOUZADA, E. F. A compra compartilhada como possibilidade de contratação sustentável entre Instituições Federais de Ensino Superior no Município de Belém. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- MALHEIRO, B. C. P.; TRINDADE JR., S-C. C. Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins. In: TRINDADE JR., S-C. C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; GOMES NETO, J. (Org.). Pequenas e médias cidades na Amazônia. Belém: FASE: ICSA-UFPA, 2009. p. 59-91.
- MARINHO, T. P.; SCHOR, T. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. Geografares, Vitória, v. 7, p. 77-92, 2009.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.
- MEDEIROS, J. F. S. As feiras livres em Belém (PA): dimensão geográfica e existência cotidiana. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- MONTENEGRO, M. R. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NUNES, D. A. Feiras livres & feiras de exposição: expressão da relação cidade-floresta no sudeste do Pará. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- OLIVEIRA, H. M. P. A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- PEREIRA, J. C. M. Amazônia: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- RODRIGUES, A. F. A. C. A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará). 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

- SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. Meio ambiente construído e flexibilidade tropical. In: SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a. p. 73-80.
- SANTOS, M. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Educ, 1994b.
- SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (Org.). Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.
- SANTOS, M. A universidade: da intencionalidade à universalidade. Anuário Estatístico de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro, v. 23, p. 13-15, 2000.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (Org.). Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, 2).
- SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos, 5).
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O ensino superior público e particular e o território brasileiro. Brasília: ABMES, 2000.
- SILVEIRA, M. L. Os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-70.
- SILVEIRA, M. L. O lugar defronte os oligopólios. In: DANTAS, A.; TAVARES, M. A. A. (Org.). Lugar-mundo: perversidades e solidariedades. Encontros com o pensamento de Milton Santos. Natal: EDUFRN, 2011. p. 79-100.
- SOUSA SANTOS, B. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- TOZI, F. Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TRINDADE, G. O. A cidade & a soja: impactos da produção e circulação de grãos nos circuitos da economia

urbana de Santarém-Pará. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. Papers do NAEA, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR., S-C. C. *et al.* Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. Acta Geográfica, Boa Vista, Ed. Especial Cidades na Amazônia brasileira, p. 117-133, 2011.

TRINDADE JR., S-C. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. PRACS, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

TRINDADE JR., S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.) Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.